

O PAPEL DAS CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS DE PETRÓLEO NA NIGÉRIA: MAIS EXPLORAÇÃO EQUIVALE A UM MENOR DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO RICA EM PETRÓLEO DO DELTA DO NÍGER

Oluwatoyin Oluwaremilekun Oluwaniyi¹

Introdução

A integração das economias mundiais exigiu a criação e a propagação dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs) de modo global, devido à sua potencialidade como uma importante fonte adicional de capital de investimento e experiência gerencial. Devido aos potenciais dos investimentos estrangeiros, países em desenvolvimento têm aderido às corporações multinacionais como fontes de progresso econômico, crescimento de renda, oportunidades de emprego e redução de pobreza, obtendo, até agora, um resultado, surpreendente. Em 2012, o valor do IDE (investimento direto estrangeiro) em economias em desenvolvimento, pela primeira vez, superou o das economias desenvolvidas, com os fluxos de IDE em direção ao Sul Global, alcançando mais de USD 700 bilhões (Anner e Hossain 2014, 6). Os resultados obtidos da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD 1999) revelaram que o IDE continua a aumentar globalmente enquanto multinacionais operam em tais economias. Para reforçar essa afirmação, em 2008, 82.000 corporações multinacionais (MNCs) controlavam uma estimativa de 810.000 afiliações estrangeiras, comparadas às 63.459 MNCs que possuíam 689,520 afiliações estrangeiras em 1998 (UNCTAD 2000; UNCTAD 2009). Curiosamente, cerca de 425.000 dessas afiliadas

¹ Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Redeemer, Ede, Nigéria. E-mail: oluwaniyiio@run.edu.ng.

estão localizadas em países do Sul Global, fora que o valor acrescentado ao comércio contribui em 30% para o PIB dos países do Sul Global, enquanto que nos países desenvolvidos contribui com 18% (UNCTAD 2013).

Nigéria não é isenta da integração de economias em desenvolvimento dentro do sistema global capitalista. A origem da integração nigeriana pode ser traçada pelo fluxo das Corporações Multinacionais nos setores de banco e manufatura durante a era colonial. Em 1956, porém, a descoberta de petróleo bruto pela Shell D'Archy expandiu a integração no setor extrativista e as corporações multinacionais emergiram como os principais organismos extrativistas (Oluwaniyi 2010). Desde 1956, o petróleo bruto na região Delta do Níger tem sido central para a economia política da Nigéria, representando mais de 90% de sua receita estrangeira e definindo seu lugar nas 'relações internacionais' (Raji; Yusuf e Samuel 2013, 24; Soremekun 2011, 99)

Embora alguns acadêmicos tenham associado às corporações multinacionais de petróleo com o desenvolvimento dos Estados hospedeiras, a região Delta do Níger continua a definir na pobreza profunda. As comunidades ricas em petróleo falharam em se beneficiar dos lucros obtidos pelos níveis de exploração do petróleo bruto e da região no geral. Esse paradoxo demonstra ainda mais a violenta crise perpetrada pela frustrada juventude da região (Obi e Rustad 2011). Da mesma forma, Angola, Guiné-Equatorial e Sudão também estão entre os cinco maiores exportadores de petróleo da África Subsaariana mas, em termos de desenvolvimento, sua performance têm sido deprimente (UNCTAD 2007). Os efeitos da presença das MNOCs (corporações multinacionais) provocaram debates sobre o quanto elas contribuíram para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento da região. É mediante esse contexto que tem sido extremamente pertinente avaliar, em termos concretos, os efeitos das atividades das MNOCs na região Delta do Níger. Os objetivos deste artigo incluem analisar até que ponto as corporações petrolíferas multinacionais colocaram suas expectativas na região Delta, o papel do Estado como mediador ou perpetuador das crises entre as corporações e as comunidades petrolíferas e os impactos nas relações na região.

Este estudo é um resultado de várias pesquisas de campo em toda região do Delta, Bayelsa e River, que são as áreas mais voláteis do Delta-Níger, de 2004 à 2015. Os estudos consistem em entrevistas pessoais e discussões de grupos focais, atingindo locais, grupos da sociedade civil e ex-militantes. As comunidades incluem: Okerenkoko, que hospeda a Chevron-Texaco e a Empresa de Desenvolvimento de Petróleo da Shell da Nigéria (SPDC); e a Kokodiagbene, que hospeda apenas a SPDC. Ambas são comunidades Ijaw no Rein Gbaramatu, Estado do Deta; Otusega na área governamental Ogbia

no Estado de Bayelsa hospeda a SPDC, Peremabiri hospeda SPDC e a AGIP (Azienda Generale Italiana Petroli), e Olugbobiri hospeda a SPDC e a NAOOC, que estão no sul de Ijaw, em Bayelsa; Bukuma hospeda a SPDC, AGIP e a Empresa de Gás Natural Liquefeito (GNL). Bakana hospeda a Eroton Exploração e Produção Limitada (anteriormente hospedada pela SPDC) e Bille em Degema; e Kegbare Dere no governo local de Gokana em Ogoniland, no estado de Rivers. Ambos possuem oleodutos SPDC passando pelas suas comunidades. As comunidades fornecem uma quantidade suficiente de evidência para reforçar a relação entre as atividades das corporações petrolíferas multinacionais e o subdesenvolvimento da região rica em petróleo.

À parte da introdução, a seção dois foca em uma ampla análise conceitual das corporações multinacionais. A seção três envolve a análise contextual das operações das corporações petrolíferas na região do Delta, enquanto a seção quatro analisa de forma crítica os efeitos das operações dessas multinacionais na região, citando dados primários e o papel do Estado na consolidação dos efeitos negativos. A seção cinco explora a realidade atual da região na sequência do programa de anistia. A seção cinco é a conclusão.

Corporações Petrolíferas Multinacionais na região do Delta

A região Delta do Níger, que é o centro da produção de petróleo e gás, é uma das maiores zonas úmidas do planeta, cobrindo 70.000 km², formada pelo acúmulo de depósitos sedimentares, transportados pelos rios Níger e Benue (Azaiki 2007, 1; World Bank Report 1993, 1). Isso não infere o fato de que todos os estados produtores de petróleo constituem a região Delta (Ejovi et al 2014, 142). Nesse contexto, Delta-Níger se refere a áreas identificadas com características deltaicas, no sul da Nigéria, que inclui os estados de Bayelsa, Rivers e Delta, além de partes dos estados de Akwa Ibom, Cross River, Edo e Ondo (Oluwaniyi 2017).

O terreno pantanoso e a ecologia frágil – compreendendo a extensa planície tropical, florestas frescas, ecossistema aquático e biodiversidade – basicamente forma a economia política pré-existente da região e define os meios de subsistência da população local, como agricultores, pescadores, comerciantes, processadores de alimentos e fabricantes locais de itens ligados às principais economias de subsistência (Anistia Internacional 2011). De fato, nas eras pré-colonial e colonial, o azeite de dendê, um grande produto agrícola da região, serviu como uma grande fonte de exportação e câmbio

estrangeiro, assim como fonte de renda para agricultores². A emergência de petróleo bruto e a dependência das atividades extrativistas das multinacionais na região, entretanto, mudaram a base da economia do Estado nigeriano.

Em 1956, Shell D'Archy (agora SPDC), descobriu petróleo bruto em Oloibiri, agora estado de Bayelsa, e, em meados de 1958, o produto estava disponível em quantidades comerciais através da distribuição da SPDC para outras multinacionais petrolíferas, incluindo Mobil, Gulf (agora Chevron), Agip, Safrap (agora Elf), Texaco e outras. Desde esta descoberta de petróleo em quantidades comerciais, a região tem provado ser a área produtora de petróleo mais fértil da Nigéria, contendo setenta e oito campos de petróleo, incluindo os de Forcados e Yorke (Ejovi et al 2014). Mas é imperativo notar que o mesmo terreno pantanoso que serviu como meio de subsistência para a população local, atraiu também a extração de petróleo bruto em largas escalas, distorcendo, assim, a agro-economia orgânica dos habitantes da região.

Obviamente, a recuperação da produção e as receitas provenientes da venda de petróleo – especialmente a subida de N4,733 milhões em 1971 para 8880.8 milhões em 1979 – (Ermenuga 1993) levaram a uma negligência total do setor não-petrolífero da economia nigeriana, tornando-se o principal pivô em torno do qual os objetivos de desenvolvimento da Nigéria eram articulados.

A receita do petróleo subiu de N1,410.7 milhões do total da receita do governo para N2.240.1 milhões em 1980, representando 53.8% do total da receita acumulada para o Estado (Amu 1986). Em 1989, a porcentagem de participação da receita do petróleo (39,130.50 milhões) da receita total (47,798.30) foi 81.9% (CBN 1998). O número para o período 1990-1993 totalizou US\$ 199,3 bilhões. A Nigéria obteve tanto lucro do petróleo que um alto funcionário do governo foi citado dizendo: “dinheiro não era um problema na Nigéria, mas sim como se gasta esse dinheiro” (Owugah 2000, 105). Entre 1990 e 1997, o valor da exportação de petróleo estava acima de 95% do total de suas exportações. Por exemplo, em 1991, o valor da exportação do petróleo bruto estava N116,856.5 milhões do total do valor das exportações de N121,533.7 milhões, representando 96.2%, o que aumentou para N1,065,501.60 bilhões do total de exportação de 1,091,130.90 (CBN 1998). Até 31 de dezembro de 1995, o valor do petróleo bruto, a taxa de petróleo e seus royalties totalizaram US\$ 7,898 bilhões (Anyanwu 1997, 54). Em 2007, as estatísticas mostraram que um estimado de 23,183.9 bilhões barris de petróleo

2 Entrevista com a Chefe Sra. Josephine Ogoba, Warri 10 de agosto de 2006; Sra. Victoria Abadi, a líder Kokodiagbene, 5 de março de 2009; e o Chefe Azulu em Olugbobiri, 7 de março de 2013.

bruto eram produzidos no Delta do Níger e que isso equivale a uma receita de N29,8 trilhões (Tell 2008*). A militância, entretanto, afetou as receitas de petróleo, fazendo com que as contribuições do petróleo nas receitas totais declinassem de 71.7% para 69.2% em 2012 (Bureau of Statistics 2013).

Devido, principalmente, às receitas de petróleo, a economia nigeriana estava, em 2016, avaliada em termos de PIB (Produto Interno Bruto) como o 6º país produtor de petróleo e como a 12ª maior economia do mundo (UNDP 2016, 20). Mas, ironicamente, enquanto o governo federal (em diferentes regimes) embarcou em um desenvolvimento estrutural da infraestrutura, incluindo projetos elefantes em áreas não-petrolíferas, fornecendo eletricidade a alguns países da África, se comprometendo com outros programas humanitários na África e, além disso, incluindo a manutenção de paz; mais de 85% da população ativa da região não tinha conexão com a indústria de petróleo e gás, contando com empresas informais que forneciam baixo salário e baixa produtividade como fonte principal de subsistência (UNDP 2006; Owugah 2000, 106). Isso representa o paradoxo da extrema riqueza, da extrema pobreza e do subdesenvolvimento da região do Delta Níger.

Efeitos do papel das Companhias Multinacionais de Petróleo na região do Delta

Dizer que a extração de petróleo por parte das multinacionais na região tem sido uma benção é ignorar a propensão da agonia do desenvolvimento. Como argumentado por moradores,

petróleo flutua pelos nossos gramados e comunidades, flutua dia e noite, fornecendo bilhões de dólares enquanto os verdadeiros 'donos' não ganham nada³, não há benefícios na exploração do petróleo. Não temos boas escolas... Tudo é sub-gerenciado. A Shell tem mais de 30 poços e se a AGIP aparecer, nós vamos ter mais de 50 poços, mas não há desenvolvimento⁴.

Devido à subjugação da região do Delta às operações *onshore* e *offshore* das multinacionais, portanto, as relações sociais da produção de petróleo têm penetrado a estrutura social das comunidades locais e definindo seu espaço,

3 Entrevista com Apaingolo Ebipatei, no assentamento da Anistia em Obubra, 9 de Agosto, 2011

4 Entrevista com Toby, o Jovem vice-presidente em Peremabiri, 5 de março de 2013

em grande parte como os excluídos, os alienados e os explorados” na grande sociedade nigeriana (Ibaba 2005, 13-14).

A degradação ambiental, através dos entornos de petróleo e chamas de gás, forma o ponto crucial das multinacionais em definir o espaço de alienação e exploração perpetuado pelas mesmas. Entre 1976 e 1996, uma estimativa de 1,369,471 barris de petróleo bruto foram derramado durante a prospecção de petróleo e gás ou devido ao vazamento de tubulações, dos quais, 1,820,411 não foram recuperados e foram, portanto, absorvidas pelo solo (Okaba 2005). Até 2011, foi observado que um total de 2,4 milhões de barris tinham vazados no Delta (Ekubo e Abowei 2011). Na maioria das comunidades Ogoniland, especialmente K-Dere e Bille, a água potável está totalmente contaminada com altos níveis de hidrocarbonetos, comprometendo assim a sua saúde⁵. Na ausência de fontes alternativas, os habitantes utilizam a água escura e oleosa do rio para cozinhar e beber⁶. Assistência humanitária tem sido motivada externamente ou dirigida por filantropos sob forma de prestação de ajuda para salvar as comunidades de crises de saúde potenciais ou imediatas⁷. Em outros casos, a auto-ajuda em termos de esforço coletivo ou comunitário tem ajudado a fornecer água subterrânea. Mas, na maioria das vezes, devido a falta de fundos, tais projetos são totalmente abandonados por causa da procura de petróleo bruto, deixando os habitantes sem outras opções a não ser a depender do rio como principal fonte de sobrevivência⁸. Em outras comunidades, é um sistema de crença cultural enterrar os mortos no gramado de casa que serve como forte imagem icônica das pessoas, se contrapondo à moderna escavação de poços⁹. Como no tempo do estudo de Peremabiri, a água subterrânea era disponível apenas na casa de hóspedes e na residência do ex-senhor de guerra Ogunboss¹⁰.

5 Durante a minha visita a esses dois lugares, eu vi fazendeiros que haviam sido poluídos pelo petróleo

6 Estudos científicos em K-Dere, Ogoniland; Otuasega, Peremabiri e Olugbobiri no Estado de Bayelsa; e Kokodiagbene no Estado do Delta em vários períodos confirmaram esse desastre.

7 Entrevista com Joshua Inifa em Bukuma no dia 11 de fevereiro de 2013, revelou que uma membra da Jovem Corporação Nacional de Serviço doou um furo completo à comunidade Bukuma em 2012.

8 Entrevistas com residentes em K-Dere, Bille, Olugbobiri e Bakana.

9 Entrevistas com diferentes categorias de pessoas em Peremabiri, incluindo os chefes Karibo (Snr) e Kologbo, o jovem vice-presidente, Tobi; o Secretário CDEC, Siri, em março de 2013. Entrevista com Jams Ugbokiri, Uju CDC Presidente Similar cultura existe em Okrika.

10 Eu fiquei na Casa de Hóspedes com a minha assistente de pesquisa e observei que aldeões entravam na casa de hóspedes para buscar água na fonte subterrânea.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (2011) afirma que devido às trações dos rios e riachos do Delta do Níger, que fluem em direção ao Oceano Atlântico, o derramamento de petróleo em uma comunidade pode prejudicar outras comunidades. Em locais onde os efeitos de tais derramamentos não são óbvios, essas áreas foram ‘severamente contaminadas’ no seu subterrâneo, assim ameaçando a segurança dos humanos na região. De fato, “o rio que deveria ser utilizado para a pesca foi neutralizado pelo excesso de petróleo bruto”¹¹. Em Ogoniland, Rivers, Otuasaga e Bayelsa; o derramamento de petróleo em fazendas atrofiou o crescimento de alguns produtos agrícolas e afetou a existência de algumas espécies de taro (cocoyam) e bananas, refletindo nos preços dos produtos agrícolas disponíveis no mercado¹². Também afetou alguns produtos da fauna. Nos últimos anos, produtos aquáticos são geralmente muito pequenos e até contaminados¹³. Na maioria das vezes, as mulheres vendem frutos do mar contaminados para obter lucros, deixando os compradores com questões de saúde de alto risco¹⁴. Às vezes, devido à espessura do derramamento de óleo, as redes de pescas são danificadas. Mas infelizmente, as companhias petrolíferas presentes nessas comunidades falharam em fornecer novas redes de pesca, pagar pelas danificadas ou então achar outras alternativas ao tradicional mecanismo de pesca, pois quando o pagamento é feito, é sempre muito distante do que foi estragado¹⁵. Os resultados são dificuldades econômicas para centenas de famílias que dependem da pesca e da agricultura para sobreviver, se tornando uma grande ameaça à segurança humana¹⁶. De fato, levaria à SPDC 30 anos e um custo de \$1b para limpar os derramamentos de petróleo em Ogoniland (Obi 2012). Antes da exploração de petróleo bruto em quantidades comerciais, as mulheres poderiam lavar a terra por vários anos, entretanto, atualmente, as atividades das multinacionais impediram totalmente essas oportunidades.

11 O General-Chefe Okei (o porta-voz dos ex-agitadores da terceira fase) em um grupo focal de discussão com o General Parker, General Godbless Ozoto e o General Andrew em 5 de dezembro de 2012

12 O autor foi levado aos locais de derramamento.

13 Entrevistas com mulher do mercado nos Estados de Delta e Rivers em 2006 e 2013 respectivamente

14 Entrevista com o Sr. Jonjon, o líder do Conselho Jovem de Ijaw, no escritório IYC, Yenagoa no dia 4 de abril de 2005.

15 FGDs com chefes em Peremabiri em março de 2013. Eles reclamaram amargamente sobre a perda de suas redes de pesca para o grande derramamento de petróleo no meio-ambiente e como a SPDC se recusou a recompensá-los. As mulheres líderes em Bakana também reclamaram sobre a perda de suas redes de pesca e até de barcos para a poluição do petróleo.

16 Entrevistas com mulheres em casa e na áreas de mercado em Warri, e Yenagoa

Com o intuito de evitar pagar compensação pelos danos na flora e na fauna, as multinacionais petrolíferas fizeram reclamações de que a maioria dos derramamentos foram causados por sabotagens, e, de acordo com as leis nigerianas, não é necessário compensação em casos assim. A conclusão de que a sabotagem ocorreu é amplamente definida pelas próprias multinacionais, aumentando as chances de injustiças contra as vítimas¹⁷.

Para piorar as condições repressivas dos habitantes locais, o gás é queimado sem parar, sem preocupação com a saúde dos habitantes, com a sua sobrevivência econômica nem com o meio ambiente em geral. De fato, chegar perto da zona de queima de gás pode ser comparado com uma carne ou peixe assado em uma alta temperatura¹⁸. Apesar disso, a Nigéria foi do segundo Estado com maior queima de gás (com 80% de gás queimado) para a sétima posição, com Rússia, Iraque, Irã, Estados Unidos, Venezuela e Argélia no topo da lista, apesar da porcentagem de queima de gás ainda ser alta aos 10% (Okafor, 2017; Igwe, 2009: 6-9). Enquanto isso, a pena contra a queima que é N10 por 1,000 scf de gás, associado a deflagrar, parece extremamente baixa para compensar as perdas de vidas e propriedades, tendo diminuído seu valor ao longo do tempo age não como pretendido, mas como um desincentivo (Asu 2017). No que diz respeito a isso, a baixa penalidade garantida pelo Estado sobre a sistemática poluição da região fornece uma opção muito mais barata, assim como aumenta a arrogância e a atitude indiferente das companhias petrolíferas. Enquanto isso, atitudes tão imprudentes não existem nos países natais das multinacionais de petróleo¹⁹. Para Ejovi et al (2014), o interesse das multinacionais petrolíferas é a maximização do lucro direto, obtendo, como resultado, a sua desconsideração com os regulamentos ambientais existentes e as leis que protegem os necessitados contra um Estado ineficaz de aplicar e implementar a regulamentação. Os impactos na saúde por derramamento de petróleo e queima de gás não são quantificáveis. Enquanto o derramamento de petróleo culmina em deformidades infantis e dores corporais, as explosões de gás resultam em sérios problemas de saúde respiratória²⁰.

17 Entrevista com as ONGs Anpex e Terra Viva Fundação Nigeriana no Estado de Rivers, agosto 2011 assim como o representante da NDDC no escritório da mesma, Yenagoa, Estado Rivers em dezembro de 2012

18 Encontro do autor durante a sua visita às áreas de queima de gás em Otuasega, 2005 e Olugbobiri, sul de Ijaw, no Estado de Bayelsa em 2013

19 A Nigéria perdeu 217 bn para a queima de gás em 2016 - NNPC 24 See Punch Fevereiro 2017

20 O filho da minha assistente de pesquisa em Olugboiri teve um grande crescimento no olho direito

Os efeitos desses incidentes devastantes pelas indústrias petrolíferas é tanto que as pessoas não se envolvem mais com agricultura produtiva, pesca e caça como deveriam. Nas palavras de Owugah (2000, 109), “a confiança e a segurança na qual as pessoas tinham na capacidade do seu ambiente natural e na sua própria capacidade de aproveitar os recursos naturais para sustentar suas necessidades psicossociais foram muito desgastadas pelos efeitos devastadores das atividades das empresas petrolíferas sobre seu meio ambiente e seus meios de subsistência. As condições de vida nos locais não reflete a presença de multinacionais tão ricas nas áreas afetadas (UNDP 2016, 20). Por exemplo, é importante notar que a SPDC começou suas operações em Kegbare Dere (ou K-Dere) em 1958 e possui 57 poços de petróleo dos 96 poços de petróleo em Ogoniland, porém as condições de vida são totalmente desanimadoras e dignas de pena ²¹. Apesar do número de companhias petrolíferas operando em Peremabiri e Bakana, ambas comunidades continuam completamente subdesenvolvidas. Grande parte da sua juventude está ou desempregada²² ou empregada nos degraus mais baixos da escala do emprego, geralmente por contrato²³. Baseado nos pedidos das multinacionais, os jovens e, por vezes, os líderes do CDC recrutam um número específico de jovens da comunidade para cortar grama e reparar tubos e paredes a fim de conter o nível das chamas de gás²⁴. Às vezes, o SPDC outorga subsídios sit-in-home aos jovens com condições ou em comunidades agressivas, para atuar como um indicador para aliviar sua capacidade destrutivas em tubulações de petróleo²⁵.

No entanto, as multinacionais têm, de algum jeito, contribuído para o desenvolvimento da região. Desde os anos 90 elas têm implementado muitas políticas de responsabilidade social, particularmente com os projetos de ‘desenvolvimento’ na região, como prefeituras, bancas de mercado, clínicas caseiras, escolas, eletricidade (através da compra e instalação de geradores)

21 Estudos científicos conduzidos em K-Dere, uma comunidade Ogoni em 2005 e 2011; e em Peremabiri e Bakana em 2013.

22 Grupo focal de discussão com os generais Okei, Andrew, Parker e Godbless Ozonto em Yenagoa, 15 de dezembro de 2012; Entrevista com a Secretária Financeira Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Bakana (BCDA), Apostle Abioton Allison em Bakan, 14 de fevereiro de 2013

23 Entrevista com o Chefe Kosini e FGDs com jovens membros em Olugbobiri em 7 de março de 2013

24 Entrevista com Toby revelou que ele selecionou 30 jovens em Peremabiri, como foi requisitado pela SPDC, para ajudar nas paredes.

25 Em Otusega, o Jovem líder Christian Igbedon revelou que aos dois jovens foi pago N30,000 para três meses e depois, rodando entre a população jovem sucessivamente

e cais²⁶. Alguns dos projetos foram executados através do Grande Memorandum de Entendimento (GMOU²⁷), assinado entre companhias petrolíferas e grupos da comunidades, conhecidos como ‘aglomerados’. Na maioria das vezes, os aglomerados não trabalham, visto que as decisões sobre os tipos de projetos a ser implementados, o custo e o compartilhamento de fundos varia de comunidade em comunidade. As variações geralmente provocam conflitos raciais entre essas comunidades. Para Joshua,

tudo é baseado no aglomerado e a comunidade de Bukuma não está pronta para estar em nenhum aglomerado, visto que o recurso que temos aqui é mais do que se tem em outras comunidades para nós compartilharmos os lucros igualmente... O compartilhamento de aglomerados trouxe uma confusão total da lei e ordem entre Bukuma e Tombia. O dinheiro compartilhado não pode ser tangível para nós. Mas se o dinheiro vai diretamente para a comunidade que o necessita, eles podem implementar seus projetos muito bem.

Além disso, a maioria das instalações sociais fornecidas nas comunidades ricas em petróleo são extremamente inadequadas em termos de quantidade e qualidade para atender a necessidade da população local²⁸. Devido à falta de monitoramento apropriado e de manutenção das instalações por parte das multinacionais, ocorre o fácil desgaste das instalações sem qualquer forma de substituição²⁹, deixando as comunidades vulneráveis, dando, também, aos jovens a possibilidade de se aproveitar dessas instalações para benefício pessoal³⁰. Enquanto falta pessoal em clínicas caseiras de algumas comunidades, incluindo doutores³¹, outras áreas ricas em petróleo nem possuem clínicas.³² Neste último caso, pessoas doentes têm de se locomover para lugares próximos ou então para comunidades mais distantes onde tais

26 Entrevistas em diferentes comunidades

27 Sigla do inglês, *Grand Memorandum of Understanding*.

28 Entrevistas com grupos de jovens, mulheres, chefes, ex-militantes e residentes nesses casos ao longo dos anos

29 Observações durante as visitas de pesquisa em 2013. Ao longo da minha estadia de uma semana em Peremabiri, não havia eletricidade em toda a região, com exceção de algumas casas que tinham condições de pagar no melhor estilo de ‘eu tenho que repassar para o meu vizinho’ (pequena generalização).

30 Entrevista com residente da comunidade do Delta-Níger em Ede, 10 de outubro de 2017

31 Discussão de uma mãe com seu filho que teve um tumor no olho revelou que a clínica não poderia ajudar que ela teve que levar seu filho ao Hospital Geral em Yenagoa, onde eram referência ao Hospital de Ensino em Port Harcourt, no Estado Rivers.

32 Entrevista com Alaso Jonah, um fazendeiro em Bukuma em 12 de fevereiro de 2013

serviços existem, utilizando bicicleta, motocicleta ou barco como meios de transporte.³³ Similarmente, educação nessas comunidades é estagnada, faltando a participação total das multinacionais e do Estado. Assim, consequentemente, a maioria das estruturas tornaram-se dilapidadas e seus professores são desencorajados³⁴. Todos esses problemas tornaram a região em um “local com nível social de expropriação”. Em defesa de suas atividades exploradoras, a SPDC argumenta: “nós não temos a solução que a comunidade demanda de mais facilidades, desenvolvimento, emprego e controle das receitas de petróleo. Isso é primeiramente, uma responsabilidade governamental” (Boele et al 2007, 76). Sequestros por resgate, assassinatos e tomada de reféns criaram situações caóticas e assustaram a maioria das companhias petrolíferas, como SPDC, Chevron e Mobil, apenas para mencionar algumas, enquanto suas subsidiárias são: Willbros – uma companhia de serviço petrolífera americana – e Indorama, operadora do Eleme Petrochemical Company Limited, que também fechou suas portas em Lagos e Abuja devido o incessante sequestro de seus trabalhadores. A insensibilidade e a falta de sinceridade das multinacionais em relação às crises deliberadamente causadas pelas suas operações levanta questões sobre a efetividade dos termos dos acordos assinados entre as corporações e o Estado nigeriano, sobre o quão confiável é o Estado em dispensar justiça contra as companhias petrolíferas errantes.

Os beneficiários e os perdedores das operações extrativas das Multinacionais Petrolíferas

Dentro do contexto de um capitalismo petrolífero global, alguns grupos emergiram como beneficiários, enquanto outros emergiram como perdedores. Sem dúvidas, o primeiro conjunto de beneficiários continua sendo as multinacionais petrolíferas, em que o maior, senão o único, interesse é a maximização de lucro e a acumulação de capital. De 1958 a 2012, a receita da SPDC rendeu cerca de \$30 bilhões em receitas de petróleo, subordinando as vidas e os meios de subsistência da população local através de frequentes derramamentos de petróleo, explosões sísmicas, queimas de gás e descargas de efluentes diretamente em seus corpos de água. O Estado assiste as multinacionais lucrarem através da redução de impostos pagos ao Estado, evasão fiscal, leis, como o Decreto Anti-Sabotagem de 1975, que impôs a pena de

³³ Observações em Bukuma e Bakana

³⁴ Em Olugbobiri, Peremabiri, e Bukuma, suas escolas estavam em total desordem e necessitavam urgentemente de renovação.

morte ou o aprisionamento de mais de 21 anos para atividades que obstruem a produção e distribuição de petróleo bruto, e a Lei de Uso de Terra de 1978, que investiu a propriedade de todas as terras e recursos em e dentro do Estado; e a militarização dos blocos petrolíferos e das empresas. A impunidade das multinacionais aprofundou as crises na região (Ukeje 2005, 328).

Visto que os interesses globais de produção ininterrupta de petróleo coincidem com os interesses do Estado e das forças sociais dominantes, que dependem das receitas petrolíferas, o Estado emergiu como a segunda categoria de beneficiários na política econômica do petróleo. O Estado hospedeiro no sul global é retratado como um Estado capturado em uma tripla aliança, compelido a avançar e proteger os interesses do capital internacional, incluindo os investimentos petrolíferos em petro-acumulação (Omeje 2005, 321). Dentro da rede de avanço dos interesses deste capital internacional, os burocratas e gerentes estatais são capazes de acomodar e satisfazer seus próprios interesses por meio do recolhimento de aluguéis de recursos naturais, além da expansão de fronteiras, gerando um enriquecimento corrupto e uma apropriação indevida dos recursos públicos. Nesse contexto, considerando que o Estado é dependente da renda vinda das vendas de petróleo, Ele sacrifica em grande parte o bem-estar da população, ao atuar no quesito de formulação de políticas e de governança que dão preferência aos interesses do capital internacional, mantendo uma aliança profana com as multinacionais petrolíferas e com a parafernália da força, comunidades ricas em petróleo. Intimamente na terceira categoria e dependendo da estratificação das comunidades do Delta do Níger, estão os chefes e os idosos, em um lado, e a juventude, do outro.

A partir do que foi exposto acima, não há contestação alguma de que os perdedores e as vítimas das políticas do petróleo são os pobres e sem voz. Os habitantes rurais de zonas ricas em petróleo, especialmente as mulheres, e sua vitimização poderia ser medida de duas maneiras. Primeiramente, é interessante notar que a experiência feminina em degradação, espoliação, vulnerabilidades e marginalização é mais aterrorizante do que para os homens. Geralmente, mulheres nas áreas rurais se empenham com precários meios de subsistência em uma tentativa de erradicar a pobreza e a fome. Da mesma forma, na região do Delta, mulheres em sua maioria são pescadores, agricultores e comerciantes, e o que elas obtêm das vendas de tais produtos é totalmente devotado aos seus lares. Assim sendo, qualquer distorção em forma de poluição na terra ou nos rios, incluindo vazamentos e queimadas, iria afetar as mulheres de um modo mais intenso e tal cenário iria piorar as suas vulnerabilidades. Infelizmente, o papel central na segurança alimentar é amplamente ignorada pela indústria extrativa. Segundamente,

apesar dos seus papéis e vulnerabilidades, elas também são difamadas na formulação de políticas que as afetam em grande parte. O patriarcado ganha preferência em uma sociedade dominada por homens, como é a do Delta, e, assim, problemas que afetam mulheres e crianças são determinados pela população masculina. Evidências revelaram que as mulheres não podem questionar os homens e o capital do petróleo³⁵.

Lidando com as perdas: resistência dos locais vs. reação das multinacionais petrolíferas

Como perdedores nas políticas do petróleo, as pessoas pobres procuram alternativas para sobreviver. Para garotas e mulheres, o caminho para a prostituição é o mais rentável (Oluwaniyi 2010). Algumas garotas confiam fortemente em homens relativamente ricos, principalmente oriundos do setor de gás e do petróleo, para virarem “seguidoras de acampamento”. Por vezes, elas entrelaçam estes homens com gravidezes, que, na maioria das vezes, são rejeitadas por seus “supostos donos”, agravando assim as condições de pobreza³⁶. Para os homens, a alternativa estratégica para sobreviver varia de bandidagem, roubo, abastecimento de petróleo até pirataria marítima. A consciência da exploração, marginalização e o desempoderamento faz com que a região um local de profunda frustração e conflito.

Com a falha do Estado rentista como mediador entre as multinacionais petrolíferas e o povo local da região, as queixas se agravam de ações não-violentas a violência real. A resistência violenta se tornou a última alternativa disponível e geralmente vêm como resposta à violência governamental, que acredita-se ser intimidador ao utilizar-se de forças repressivas. (Owugah 2000, 114). Ações não-violentas incluem: tomar ações legais contra as companhias petrolíferas para obter compensação adequada por danos em terras e rios e a formação de grupos baseados em etnia ou comunitários que variam de comunidade em comunidade com o mesmo objetivo(s). Para os agrupamentos étnicos, MOSOP (Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni) foi a primeira organização estabelecida com o intuito de contestar o subdesenvolvimento na região, seguida por outras como o Jovem Conselho Ijaw (IYC³⁷), que organizou comícios e procissões culturais; O Movimento

35 Entrevista com Grace, uma mulher em Olugbobiri, 11 de março de 2013

36 Entrevista com o Chefe Azulu em 7 de março de 2013 e com o relações públicas da Otua-sega CDC, Nelson Adams em Otua-sega, 5 de abril de 2005.

37 Sigla do inglês, *Ijaw Youth Council*.

Nacional Jovem Isoko (INYM³⁸); e A Federação Jovem Egi (EYF³⁹) entre outras, grupos nacionais étnicos como o Movimento Elimotu, o Congresso Nacional Ijaw (INC) e o Congresso Nacional Egbema também estavam envolvidos. Mulheres foram muito ativas nesses grupos. Elas ajudaram a mobilizar companheiras mulheres durante os protestos. As mulheres intelectuais, entretanto, foram mais ousadas, confrontando diretamente a questão do petróleo⁴⁰.

Havia grupos civis pan-étnicos como o Movimento Chicoco (CM) e as Mulheres para Justiça do Delta-Níger (NDWJ). Esses grupos ultrapassavam as relações de de laços étnicos e foram demasiados ativos na luta da região. Ultimamente, a emergência de organizações ambientais não-governamentais atraíram a atenção do público para os problemas ecológicos e de alto risco para a subsistência da população local, o que intensificou a sua mobilização social para a demanda de empoderamento de base. Esses grupos foram Os Direitos Humanos e Ambientais do Delta-Níger (ND-HERO) e Ação de Direitos Ambientais (ERA). Alguns membros desses grupos também pertenceram à instituições étnicas e pan-étnicas. Eles também constituíram as asas intelectuais e científica do movimento de massas militante Conselho Jovem Ijay (IYC) (Ukeje 2002, 30). Desses grupos, os grupos de jovem foram os mais vociferantes, ativos e violentos no que tange suas atividades e métodos.

Da metade dos anos 1990 até meados dos anos 2000, o confronto tomou uma dimensão violenta, mas não militar. Tamanha violência implicou na vandalização de propriedades das multinacionais petrolíferas, apreensão de seus navios e bloqueio das estações de fluxo de petróleo, entre outras atividades. Corroborando com esse fato, um ex-militante entrevistado no assentamento de Obubra argumentou: 'eu sou da comunidade Egwema. Se você entrar na minha comunidade, não há luz, não há água mas nós somos aqueles que promovem a Nigéria por causa do petróleo, comparado a outras regiões. É por causa dessa marginalização que nós decidimos nos engajar em confrontos violentos com a SPDC e o governo federal.'⁴¹ Desde que a SPDC opera na maioria dos campos on-shore, que são de fácil acesso, estes locais foram também a mais afetados em confrontos violentos. Dos 631,000 bdp que a Nigéria perdeu em 2007, a SPDC sozinha somou cerca de 455,000 bpd, Agip, 75,0000 e as outras 121,000 (Agbo 2008, 25). Apesar das perdas, a SPDC pagou alguma compensação

38 Sigla do inglês, *Isoko National Youth Movement*.

39 Sigla do inglês, *Egi Youth Federation*.

40 Entrevista com o Secretário da IYC em Yenagoa, no Estado de Bayelsa, 7 de fevereiro de 2014

41 Entrevista com Nicholas Asieman no assentamento da Anistia em Obubra, 5 de agosto de 2011

para reprimir os protestos violentos, mas elas caíram nas “mãos erradas”, tornado tais protestos em uma militância completa a partir de meados dos anos 2000.⁴² Os protestos na região explicaram as demandas ascendentes dos grupos sociais privados/marginalizados em vista dos reais anseios por justiça e igualdade. Como retaliação, o comprador do Estado nigeriano destruiu suas próprias massas, incluindo os mais velhos, mulheres e crianças, através do uso de forças armadas, Polícia Móvel (MOPOL) e o apoio militar internacional ao adiantamento da agenda das multinacionais do petróleo, em particular aos interesses predatórios da SPDC (Asuni 2009).⁴³

O atual programa de pós-anistia do governo federal – que enfatiza o desarmamento, a desmobilização e a reintegração (DDR) de ex-militantes – é esperado para facilitar a reconciliação econômica e o desenvolvimento da região. Embora muito tenha mudado com o papel das multinacionais na era pós-anistia através do acordo da GMOU com alguns grupos nas áreas ricas em petróleo para melhorar a participação governamental do desenvolvimento social de suas comunidades, o que permanece é que o Estado falhou em redesenhar ou transformar o ambiente da região. Cinco anos após a DDR, os problemas que levaram à militância permanecem, atividades exploradoras continuam de modo ininterrupto e as comunidades ricas em petróleo continuam arbitrariamente degradadas. Dividir e comandar ainda é algo utilizado, para o desgosto das partes rurais interessadas, incluindo a governança, com uma representação institucionalizada das comunidades em decisões ainda muito ausente dentro da estrutura da GMOU e do desenvolvimento geral da região. As multinacionais, particularmente a SPDC, ainda são recalcitrantes sobre a limpeza de derramamento de petróleo e sobre a compensação de fazendeiros e pescadores afetados. Não obstante, as contribuições das multinacionais para o sucesso do processo do programa de pós-anistia têm sido bastante escasso. Por exemplo, enquanto o governo federal foca no completo empoderamento através da educação e das vocações dos ex-militantes até os níveis terciários, as multinacionais limitam que os programas de empoderamento e vocações não excederam seis meses. Além disso, dos mais de 30,000 ex-militantes, apenas 3,000 ex-militantes foram selecionados, deixando a massa de responsabilidades com o governo federal. Isso mostra a centralidade dos interesses das multinacionais petrolíferas, assim como sua não-sinceridade em desenvolver a região⁴⁴. Comparando o desenvolvimento

42 Entrevista com Inifa Joshua

43 Entrevista com Monday Sample em Yenagoa, abril de 2013

44 Entrevista com o Professor Ibaba, Universidade do Delta-Níger, Wilberforce, Bayelsa em 13 de dezembro de 2012

entre a região e os países onde foram treinados, alguns ex-militantes perceberam que esses países são 'light' e os seus 'obscuros'.⁴⁵ Realisticamente, isso mostra que falta toda forma de desenvolvimento de suas comunidades em relação ao desenvolvimento infraestrutural das comunidades dos países que eles ficaram. Por último, é contínua a concentração de riqueza e poder em algumas poucas mãos, com a corrupção e a desigualdade perpetuadas pelas multinacionais em colaboração com o Estado nigeriano.

Como resultado desses desafios pós-anistia, novas ameaças ressuscitaram na região, variando de protestos, sequestros, tomada de reféns, troca de tiros e ameaças que retornam aos riachos (Oluwaniyi 2017, 35). Ao invés de ser governada de forma mais participativa, equitativa e com um desenvolvimento sustentável das comunidades anfitriãs, a natureza extrativa das multinacionais como resultado das dinâmicas globais de desapropriação de terras e recursos, enquanto cria novas formas de dependência e dominação em países ricos em recursos na Ásia, América Latina e África em geral. Tamanha acumulação descontrolada é acompanhada por uma explosão de conflitos socioambientais, processado por vítimas nessas sociedades. As crises anunciam perigo para os países em crescimento e desenvolvimento e, no caso da região do Delta-Níger, o conflito violento e da desestabilização do processo escasso de desenvolvimento, revive e complica velhos conflitos sobre identidade, cidadania, liderança e governança (Omeje 2008b, 8). Mais devastador é o fato de que a sua presença limitou as possibilidades do Estado Nigeriano de diversificar sua economia, o que iria criar um ambiente para o crescimento econômico saudável e para o desenvolvimento, com redução de pobreza nas áreas pobres rurais.

Conclusão

A partir do que foi exposto, é visível que as multinacionais petrolíferas promovem subdesenvolvimento dos Estados que as abrigam, especialmente nos países em desenvolvimento. Sua ambição em conquistar o capitalismo global tem produzido um desenvolvimento desigual entre os países já desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento, deixando o último em condições de mais pobreza do que desenvolvimento. Suas operações na região do Delta-Níger no Estado nigeriano claramente corrobora essa afirmação. Alguns dos desafios de desenvolvimento enfrentados pela região incluem:

45 Entrevistas com ex-militantes que viajaram para a África do Sul, Malásia e Gana, e retornaram para as comunidades em Bayelsa e Rivers.

degradação ambiental em forma de poluição de petróleo e queimas de gás, pobreza, difusão inadequada de tecnologias, fraqueza institucional, forças econômicas disruptivas, distorções políticas, desigualdade, educação inadequada, falta de métodos apropriados para avaliação de recursos, promoção do conflito, militância e proliferação de armas.

O significado das multinacionais petrolíferas, no entanto, não pode ser enfatizados nesta atual era global devido à baixa capacidade tecnológica e de capacidade de financiamento da Nigéria. Portanto, com o intuito de maximizar os benefícios sobre seus recursos, o Estado nigeriano irá necessitar se aliar às forças multinacionais (UNCTAD 2007, 82). Mas como o Estado nigeriano irá maximizar seus benefícios e minimizar os custos, em particular das áreas ricas em petróleo?

O Estado deveria alavancar em seu poder como Estado rico em recursos para determinar os tipos de investimentos estrangeiros que irão beneficiar seus habitantes, quem deveria investir e que as condições para investir sejam rigorosamente respeitadas. Isso é para garantir que o Estado não seja objeto de nenhuma dominação econômica estrangeira e, posteriormente, isso irá assegurar a intervenção positiva direta e a transparência do governo. Leis restritas seguidas por sanções apropriadas devem ser seguidas pelos investimentos das companhias petrolíferas, salvaguarda os direitos das comunidades, além do fato de evitar as tensões crescentes entre as comunidades e os investidores deverem possuir grande relevância. Isso inclui políticas ambientais incorporadas, como o total banimento de queimas de gás, a não-imposição de facilidades infra estruturais em comunidades, o treinamento da equipe local, um ambiente verde, a limpeza dos derramamentos de petróleo, uma compensação adequada para as terras destruídas e um gerenciamento responsável do meio ambiente. Seguindo a mesma linha, o processo de compartilhamento de dinheiro na região, o que resultou no interminável conflito, deveria ser eliminado. Melhor, os fundos deveriam ser convertidos na industrialização da economia da região com o intuito de gerar oportunidades de emprego para a jovem população desempregada⁴⁶. A sociedade civil deveria ser encorajada a ter uma maior participação, defendendo os direitos da rica, porém subdesenvolvida, região abundante em petróleo, com foco nas necessidades coletivas e de segurança da população local da região do Delta-Níger.

⁴⁶ Entre os anos de 1999 e 2000, pessoas morreram em Peremabiri como resultado do conflito do 'compartilhamento de dinheiro'.

REFERÊNCIAS

- Ahiakpor, James C. W. 2016. "Multinational Corporations in the Third World: Predators or Allies in Economic Development?" *Religion and Liberty*, 2(6), July
- Agbo, A. 2008. "Hostage Economy: Oil Firms Flee Niger Delta", *TELL*, 23, June 9, 2008
- Ake, C. 1981. *A Political Economy of Africa*. London: Longman
- Akinlo, A. E. 2004. "Foreign Direct Investment in Nigeria: An Empirical Investigation", *Journal of Policy Modelling*, 26: 627-39
- Anner e Hossain, 2014. "Multinational Corporations and Economic Inequality in the Global South: Causes, Consequences and Counter-measures" Paper Prepared for the 9th Global Labour University Conference, "Inequality within and Among Nations: Causes, Effects and Responses", Berlin, 15-17 May 2014
- Anyanwu, J. C., Oyefusi, S. A., Oaikhenan, H, Dimowo, F.A. 1997. *Structure of the Nigerian Economy (1960-1997)*. Onitsha: Joanne Educational Publishers
- Aremu. 2005. *Attracting and Negotiating Foreign Direct Investment with Trans-National Corporations (TNCs) in Nigeria*. Lagos: Market Link Communications
- Asu, F. 2017, "Nigeria Lost N217bn to Gas Flaring in 2016", *The Punch*, February 23
- Asuni, J. B. 2009, *Blood Oil in the Niger Delta*. USIP Special Report. Washington: United States Institute of Peace
- Baran, P. 1973. *The Political Economy of Growth with an Introduction by R. B. Sutcliffe*. Harmondsworth: Penguin Books
- Boele, R., Fabig, H., Wheeler, D. 2001. "The Story of Shell, Nigeria and the Ogoni People – Environment, Economy, Relationships: Conflict and Prospects for Resolution." *Sustainable Development*. 9:74-86.
- CBN. 1998. *CBN Statistical Bulletin*. Abuja: CBN
- Ejovi, A. Ebie, S. e Akpokighe, O. 2014. "Globalization and Environmental Degradation of the Niger Delta Region of Nigeria," *Research on Humanities and Social Sciences* 4 (13): 142-152
- Ekubo e Abowei. 2011. "Aspects of Aquatic Pollution in Nigeria" *Research Journal of Environmental and Earth Sciences*, 3 (6): 673-693

- Eze, W. 2013. "Oil Exploration and Corporate Social Responsibility- A Case of SPDC Global Memorandum of Understanding (GMOU)" *Global Journal of Human Social Science, Sociology and Culture*, 13 (2): 15-21
- Facing Finance. 2004. "Royal Dutch Shell in Nigeria". <http://www.facing-finance.org/en/database/cases/royal-dutch-shell-in-nigeria/>
- Frynas, J. 2005. "The False Development Promise of Corporate Social Responsibility: Evidence from Multinational Oil Companies." *International Affairs* 81(3):581-598.
- Frynas, J. 2000. *Oil in Nigeria: Conflict and Litigation Between Oil Companies and Village Communities*. Hamburg: LIT VERLAG
- Gahel, M. e Bruner, H. 2003. *Global Inc*. New York: New Press
- Ghani, F. 2015. "Economic Role of MNCs in Developing Countries: A Case Study of Pakistan", *Journal of Political Science* XXXIII, 70
- Halperin, S. 1997. *In the Mirror of the Third World: Capitalist Development in Modern Europe*. Ithaca, NY: Cornell University Press
- Ibaba, S. I. 2005. *Understanding the Niger Delta Crisis*. Port Harcourt: Amethyst and Colleagues
- Ikelegbe, A. 2004, "Crisis of Resistance: Youth Militias, Crime and Violence in the Niger Delta Region of Nigeria" African Studies Centre Seminar, Leiden, the Netherlands on 5th August.
- Karl, T. L. 1997. *The Paradox of Plenty: Oil Boom and Petro-States*. Berkeley: University of California Press
- Marchant, M. 2014. *CSR and Oil in the Niger Delta: Solution or Part of the Problem?* <http://www.unrisd.org/ystp-marchant>
- Nwankwo, A. 2011. "After Oil, what Next?" *Journal of Africa in a New World Order* 3 (2) 20-30
- NNPC. 2017. "Joint Venture Operations", <http://nnpcgroup.com/NNPCBusiness/UpstreamVentures.asp>
- Obi, C. 2012. "Africa's International Relations Beyond the State: Insights from the Niger Delta" Tim Murithi (ed), *Handbook of Africa's International Relations*. London: Routledge
- Obi, C. e Rustad, S. 2011. "Introduction: Petro-Violence in the Niger Delta-the Complex Politics of an Insurgency", C. Obi. e S. Rustad (eds), *Oil and Insurgency in the Niger Delta* London: Zed Books, 1-27
- Obi, C. 2004. "Globalization in Nigeria's Oil Industry: Implications for Local Politics" A. Agbaje et al (eds), *Nigeria's Struggle for Democracy*

- and Good Governance*, A Feetschrift for Oyeleye Oyediran. Ibadan: University Press
- Okaba, B. O. 2005. *Petroleum Industry and the Paradox of Rural Poverty in the Niger Delta*, Benin City: Ethiope Publishing
- Okafor, C. 2017. "NNPC: Nigeria Drops to Seventh Highest Gas Flaring Country,." <https://www.thisdaylive.com/index.php/2017/04/03/nnpc-nigeria-drops-to-seventh-highest-gas-flaring-country/>
- Oluwaniyi, O. O. 2017. "The Challenges of Reintegration in Post-Conflict Peacebuilding: The Case of Nigeria's Niger Delta Region." *African Peacebuilding Network (APN) Working Paper* (to be published)
- _____. 2014. "Post-Amnesty Reintegration and Peacebuilding Challenges in Nigeria's Niger Delta Region: The Way Forward" in *Kujenga Amani*, April 7
- _____. 2011a. "Women's Protests in the Niger Delta" , C. Obi. e S. Rustad,(eds), *Oil and Insurgency in the Niger Delta* London: Zed Books, 150-166
- _____. 2011b. "Post-Amnesty Programme in the Niger Delta: Challenges and Prospects" *Conflict Trends*, Issue 4.
- _____. 2010. "Oil and Youth Militancy in Nigeria's Niger Delta Region", *Journal of Asian and African Studies* 20 (10), 1-17
- Omeje, K. 2008b. "Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Re-engaging Rentier Theory and Politics" Kenneth Omeje (ed), *Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-Regional Perspectives on Rentier Politics*. Aldershot: Ashgate.
- _____. 2006. *High Stakes and Stakeholders: Oil Conflict and Security in Nigeria*. Aldershot: Ashgate.
- _____. 2005. "Oil Conflict in Nigeria: Contending Issues and Perspectives of the Local Niger Delta People" *New Political Economy* 10 (3), 321-334
- Owugah, L. 2000. *Political Economy of Resistance in the Niger Delta* Benin City: ERA/ Friends of the Earth.
- Rawlings, S. 2007. "The Multinational Companies: Instrument for World Growth" *Journal of Commerce* 5 (2), 25-33
- Ruccio, D F. 2012. *Development and Globalisation: A Marxian Analysis*. London: Routledge

- Soremekun, K. 2011. "Nigeria's Oil Diplomacy and the Management of the Niger Delta Crisis" C. Obi. e S. Rustad,(eds), *Oil and Insurgency in the Niger Delta* London: Zed Books, 99-114
- te Velde, D. 2001. *Policies Towards FDI in Developing Countries: Emerging Best Practices And Outstanding Issues*. London: Overseas Development Institute. March
- Todaro, M. P. e Smith, S. C. 2003. *Economic Development*. Bloomberg: Pearson Education Limited
- Todaro, M. P. 1981. *Economic Development in the Third World* 2nd ed. London
- Ukeje, C. 2002. "Oil Communities and Political Violence: The Case of Ethnic Ijaws in Nigeria's Delta Region" *Terrorism and Political Violence*, 13 (4) (Winter 2001), 15-36
- UNCTAD 2013. *World Investment Report: Global Value Chains, Investment and Trade for Development*. New York and Geneva: United Nations.
- _____. 2009. *World Investment Report: Transnational Corporations*. New York and Geneva: United Nations.
- _____. 2007. *World Investment Report: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*. New York and Geneva: United Nations.
- _____. 1999. *World Investment Report 1999: Foreign Direct Investment and the Challenge of Development*. New York and Geneva: United Nations.
- UNDP. 2016. *Human Development Report on Nigeria, 2015*. New York: UNDP
- United Nations Environment Program (UNEP). 2011. *Environmental Assessment of Ogoniland*. http://postconflict.unep.ch/publications/OEA/UNEP_OEA.pdf
- Wig A. e Kolstad, I. 2010. "Multinational Corporations and Host Country Institutions: A Case Study of CSR Activities in Angola", *International Business Review* 19 (2) 178-190

RESUMO

Estudos acadêmicos em desenvolvimento têm revelado que a penetração das Corporações Multinacionais na economia de países em desenvolvimento levaria a um crescimento econômico estável e coesão social. Porém, Até o presente momento, porém, os resultados obtidos vêm mostrando um agravamento na desigualdade econômica e um aumento dos conflitos violentos. Essas miríades de problemas vêm trazendo preocupações sobre a relevância das Corporações Multinacionais de Petróleo (MNOCs) na economia política do Delta do Níger, a subordinação do papel do Estado aos interesses dessas Corporações e os efeitos da tripla aliança entre capital estrangeiro, capital nacional e Estado na região.

PALAVRAS-CHAVE

MNOCs; Região de Delta do Níger; Petróleo Cru; Desenvolvimento.

Recebido em 10 de outubro de 2018.

Aceito em 13 de janeiro de 2019.

Traduzido por Luiza Ferreira Flores.